

MENSAGEM Nº 1.843

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2025.



EXM nº 710/2025

Brasília, 11 de novembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 17/11/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7149684** e o código CRC **E70991BE** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.001305/2025-33

SEI nº 7135010



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 2164/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/12/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7209775** e o código CRC **C6E09CCE** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001355/2025-11

SEI nº 7209775

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO MURILO ORTEGA TERRA

CPF: Informações pessoais

ID: Informações pessoais

1964 Nascido no Curitiba, em 29 de outubro de 1964.

Dados Acadêmicos:

1991 Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
2001 CAD - IRBr
2010 CAE - IRBr, O Mercado Indiano de Alimentos: Oportunidade para o Agronegócio Brasileiro? Atualidade e Propostas de Ações de Promoção Comercial.

Cargos:

1992 Terceiro-secretário
1997 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário
2008 Conselheiro
2014 Ministro de segunda classe
2024 Ministro de primeira classe

Funções:

1992-93 Divisão do Oriente Próximo I, assistente
1993-96 Departamento do Oriente Próximo, assessor
1996-97 Departamento Econômico, assistente
1997-2000 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
2000-03 Embaixada em Montevideú, segundo-secretário e primeiro-secretário
2003-04 Cerimonial, assessor
2004-06 Divisão de Inteligência Comercial, chefe substituto
2006-08 Embaixada do Brasil em Ottawa, primeiro-secretário
2008-10 Embaixada do Brasil em Nova Delhi, primeiro-secretário e conselheiro
2010-13 Consulado-Geral do Brasil em Nova York, côsul-geral adjunto e chefe do SECOM
2013-14 Ouvidoria Consular, chefe
2014-16 Divisão da Ásia Meridional, chefe
2016-18 Embaixada do Brasil em Quito, ministro-conselheiro e encarregado de negócios, a.i.
2018-19 Consulado-Geral do Brasil em Cantão, côsul-geral
2020-23 Departamento de Rússia e Ásia Central, diretor
2023 Departamento de China, Rússia e Ásia Central, diretor

Condecorações:

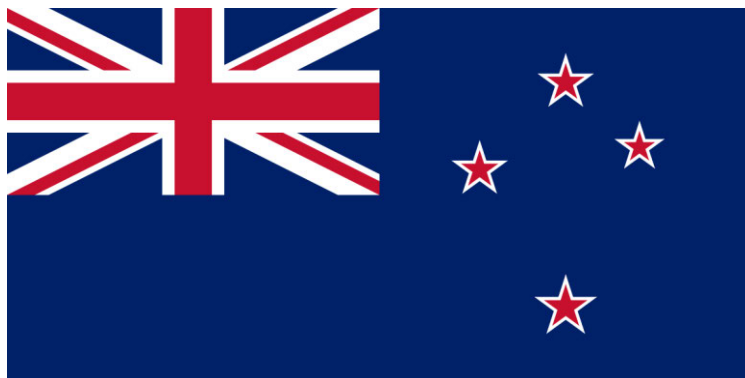
2016 Medalha Mérito Santos-Dumont

2018	Medalha Marechal Trompowsky
2019	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA) Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP) Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NOVA ZELÂNDIA



Maço ostensivo
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA

NOME OFICIAL	Nova Zelândia
GENTÍLICO	Neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL	Wellington
DATA NACIONAL	06/02 (<i>Waitangi Day</i>)
ÁREA	267 710 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (SET/2024)	5,35 milhões (<i>Stats NZ</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês, maori e língua de sinais da Nova Zelândia
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Parlamento com 120 assentos: 70 membros eleitos diretamente (7 maori), e 50 membros eleitos proporcionalmente). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela Governadora-Geral Dame Cindy Kiro (<i>desde Outubro de 2021</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Christopher Luxon (<i>desde 27 de novembro de 2023</i>)
CHANCELER	Winston Peters (<i>desde 27 de novembro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 253,47 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 282,62 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2023)	US\$ 48,527.8 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2023)	US\$ 54.109,8 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-0,5 % (2024); 1,8% (2023); 2,2% (2022); 4,6% (2021); -1,3% (2020); 2,2% (2019); 3,4% (2018); 3,6% (2017) (<i>Banco Mundial e Stats NZ</i>)
IDH (2023)	0,939 (16ª posição) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	82,5 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (SET/2024)	4,8% (<i>Stats NZ</i>)
DÍVIDA EXTERNA (SET/2024)	US\$ 246,4 bilhões (<i>Stats NZ</i>)
INFLAÇÃO (SET/2024)	2,2% (<i>Stats NZ</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Richard John Prendergast (<i>desde março de 2022</i>)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Marcos Arbizu (<i>desde novembro de 2021</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Existem cerca de 6.600 brasileiros residentes (<i>Stats NZ/2018</i>)
CUMULATIVIDADES	Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

Brasil → NZ	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	120	152	142	137	142	138,6	149,8	189,2	203,1	183,04	165,3
Exportações	64	96	83	77	72	80,94	83,5	116,9	116,6	103,7	103,5
Importações	55	56	59	60	70	57,7	66,3	72,3	86,5	79,3	62
Saldo	8	40	24	17	2	23,3	17,2	44,6	30,1	24,4	41,5

*Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Cindy Kiro

Governadora-Geral



Primeira mulher Maori a ocupar a função, a dama Cindy Kiro assumiu suas funções como governadora-geral em 21/10/2021. Nascida em 1958, é doutora em políticas sociais (Universidade de Auckland) e possui diploma MBA pela Universidade Massey. Na área acadêmica, desenvolveu pesquisas em diversas universidades neozelandesas. Também desempenhou funções no setor público, em particular no Ministério da Educação. Seu marido é médico e viveu nas Ilhas Malvinas entre 1996 e 2013, onde, entre 2005 e 2007, exerceu a função de conselheiro legislativo das Ilhas.

Christopher Luxon

Primeiro-Ministro da Nova Zelândia



Christopher Luxon é o 42º primeiro-ministro da Nova Zelândia, nomeado em 24 de novembro de 2023. É também ministro da Segurança Nacional e Inteligência e ministro responsável pelos Serviços Ministeriais. Entrou no Parlamento nas eleições de 2020 como deputado de Botany e foi eleito líder do Partido Nacional em novembro de 2021. Antes de ingressar no Parlamento, Luxon foi CEO da Air New Zealand de 2013 a 2019. Antes, passou 18 anos trabalhando na empresa Unilever em vários países: Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido, EUA e Canadá. Christopher Luxon possui mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Canterbury. É casado e tem dois filhos adultos.

Winston Peters

Ministro das Relações Exteriores



Winston Peters é ministro das Relações Exteriores e ministro das Corridas (*Racing*). Foi vice-primeiro-ministro até 31/5/2025, tendo sido substituído nessa última função por David Seymour (nascido em 24/6/1983), ministro da Regulação. Peters entrou no Parlamento em 1978 pelo Partido Nacional. Deixou o Partido Nacional em 1993 para criar o partido NZ First e tem sido seu líder desde então. Por duas vezes, Peters foi vice-primeiro-ministro (1996–1998 e 2017–2020) e titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (2005–2008 e 2017–2020). Winston Peters cresceu em Northland e possui bacharelado em direito. Trabalhou como professor de ensino primário e secundário e exerceu a profissão de advogado. É ex-representante do rugby Māori da Nova Zelândia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964 e vêm ampliando o conhecimento mútuo ao longo dos anos, com consequências concretas sobre a qualidade das relações bilaterais. Contribui para essa dinâmica a convergência de valores, como o apreço pela democracia, a consistente defesa dos direitos humanos e o apoio ao multilateralismo.

Em 2001, as duas nações estabeleceram mecanismo bilateral de consultas políticas, que permite aprofundar a convergência de posições sobre livre comércio, democracia e outros temas da agenda internacional. O quadro assim constituído, marcadamente positivo, oferece amplo potencial para novas parcerias em áreas de interesse comum. O Brasil tem buscado direcionar essa cooperação para setores em que a Nova Zelândia possui reconhecida *expertise*. Nos últimos anos, sobressaem iniciativas em produções audiovisuais e educação, e as áreas de “agritech” e aeroespacial apresentam potencial para se tornarem os próximos vetores de aproximação.

Destacam-se, nas relações bilaterais, a cooperação educacional, a atuação coordenada em foros multilaterais e o interesse mútuo em ampliar o intercâmbio comercial. Empresas neozelandesas têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores de agricultura, tecnologia da informação e comunicação, serviços e fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. As relações no nível interpessoal vêm gradativamente ganhando vulto, com aumento no fluxo de turistas, estudantes e empresários, ainda majoritariamente no sentido Brasil-Nova Zelândia.

A distância geográfica entre os dois países, da ordem de 12 mil quilômetros, constitui fator limitante à construção de relação mais densa. Desde a pandemia de COVID-19, com o encerramento da rota Auckland–Buenos Aires operada pela Air New Zealand, a empresa LATAM opera a única ligação aérea regular entre Brasil e Nova Zelândia.

O fluxo de visitas de alto nível foi retomado após sua suspensão em razão da pandemia de COVID-19. A Ministra do Esporte esteve em Auckland, em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino. Parlamentares brasileiros retornaram à cidade em outubro de 2023, para conhecer projeto de empresa neozelandesa de transmissão de energia sem fio de longa distância, e o Secretário de Ásia e Pacífico deslocou-se ao país em março de 2024, para a IX Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

No sentido inverso, verifica-se dinâmica semelhante de visitas neozelandesas ao Brasil. Em julho de 2022, o Ministro da Educação visitou São Paulo para promover a Nova Zelândia como destino de estudos. Em outubro de 2024, o Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay, participou, em Brasília, da Reunião dos Ministros de Comércio do G20 e liderou missão empresarial a São Paulo. O Ministro de Mudanças Climáticas, Simon Watts, chefiou a delegação neozelandesa à COP30.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Em 2024, a Nova Zelândia foi o 103º destino de exportações e a 84ª origem de importações de bens no Brasil. Do ponto de vista neozelandês (StatsNZ), que agrega bens e serviços na balança, o Brasil foi o 44º destino das exportações e a 41ª origem das importações. De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou mais de US\$ 103,5 milhões e importou US\$ 62 milhões daquele país.

A balança comercial de bens foi superavitária para o Brasil em 2024 em USD 24,4 milhões, resultado de exportações de USD 103,7 milhões e importações de 79,2 milhões. O primeiro item da pauta de exportação surgiu há apenas três anos: trata-se dos grãos de

destilaria, obtidos a partir do resíduo decorrente do processamento do milho para produção de etanol. Com alto teor de proteína, o produto é usado como ração para rebanhos bovinos e ovinos. Desde a abertura do mercado neozelandês para o produto, em 2021, as exportações cresceram rapidamente, e, em 2024, atingiram USD 40,3 milhões, ou 28% da pauta. Compõem, ainda, a pauta exportadora derivados de petróleo, café verde, suco de laranja e medicamentos. No lado da importação destacam-se, além da fruta kiwi, medicamentos, derivados do leite (como caseína e lactose), sementes e pescados.

Barreiras sanitárias impedem a entrada de produtos tradicionais da pauta brasileira, como as proteínas animais "in natura", ao que tudo indica, por resistência do setor produtivo local. Não obstante, há sinalização positiva quanto a produtos de menor impacto, como bile bovina e produtos processados.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a Nova Zelândia é a 41ª origem de investimentos, com estoque de USD 165 milhões em 2023, e 25º destino, com USD 708 milhões. Há dois investimentos brasileiro de monta, provenientes da subsidiária australiana da JBS. São eles o grupo *Primo Foods*, estabelecido na Nova Zelândia desde 2015, e a *Beehive*, principal produtora de bacon, presuntos e congêneres neste país, responsável por cerca de 300 empregos. Além disso, a *Scott Technologies* se dedica a robótica e automação industrial e conta com 650 empregados globalmente, dos quais 225 na Nova Zelândia.

Os investimentos neozelandeses no Brasil mais conhecidos concentram-se no setor leiteiro – o que se coaduna com o status neozelandês de maior exportador mundial de lácteos, com 1/4 do mercado (apenas a UE, no seu conjunto, chega próximo, com fatia ligeiramente inferior).

O comércio bilateral de serviços compõe parcela quase tão relevante quanto as exportações e importações de mercadorias entre o Brasil e a Nova Zelândia. A participação dos serviços na pauta comercial deve-se essencialmente aos estudantes e turistas que o Brasil envia para a Nova Zelândia. Segundo o governo neozelandês, em 2024, os brasileiros representaram cerca de um terço de todos os estudantes e turistas da América Latina.

A Embraer ainda não conseguiu vender jatos civis na Nova Zelândia por características muito específicas do mercado local, como o fato de poucos aeroportos regionais no país possuírem certificados que possibilitem a operação de jatos com as características das principais famílias de produtos da Embraer, favorecendo turboélices de menor porte. Em estágio exploratório, a Embraer tem feito contatos com potenciais clientes. Os principais alvos têm sido companhias que hoje operam com helicópteros, seja para transporte em grandes áreas urbanas na região de Auckland, ou para voos panorâmicos turísticos na Ilha Sul, próximo às regiões dos fiordes e glaciares neozelandeses.

Câmara de Comércio Nova Zelândia – Brasil

Foi criada em dezembro de 2023, em Auckland, a Câmara de Comércio Nova Zelândia - Brasil (*New Zealand – Brazil Business Chamber - NZBBC*), antiga aspiração das comunidades empresariais nos dois países, com objetivo de estreitar os laços, fomentar e facilitar negócios. A entidade funcionará sob os auspícios da *Auckland Business Chamber*.

Durante missão do Ministro do Comércio, Todd McClay, em outubro de 2024, foi inaugurada Câmara de Comércio de Auckland em São Paulo, ocasião em que foram assinados treze acordos entre empresas dos dois países, nas áreas de tecnologia, inovação e educação, ademais de acordo no setor aeroespacial.

Infraestrutura

O plenário do Senado Federal aprovou, em setembro de 2018, o texto do "Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia", celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013, propiciando a ratificação do acordo. O acordo gerou novo marco jurídico para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Nova Zelândia, contribuindo para o adensamento das relações bilaterais nos setores do turismo e do investimento. O acordo possui cláusula de livre determinação de capacidade, abolindo as restrições de frequência. Essa mudança representa marco adequado para o incremento do intercâmbio de carga e de passageiros entre os dois países.

Cabe destacar iniciativa da prefeitura de Auckland, de promover a cidade como "hub" interregional. Nesse contexto, promove o projeto denominado "Southern Link" ou "Southern Cross", que busca incentivar o estabelecimento de rota aérea direta Auckland-São Paulo, cujo principal atrativo seria concretizar ligação aérea mais curta entre o Brasil e a China.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Ciência, Tecnologia e Inovação

A Nova Zelândia é celeiro dinâmico de pesquisa nos campos mais variados, da biotecnologia às ciências ambientais, em especial em áreas como processamento de laticínios e genética animal e vegetal. O país orgulha-se de estar constantemente vivendo processos de reinvenção, já que, em razão de sua insularidade peculiar, habituou-se a ser autossuficiente.

A Nova Zelândia figura na 24a. posição no "Global Innovation Index 2024", publicado pela OMPI, acima da média regional. De maneira mais ampla, devido à pequena escala do país, é um mercado que se presta bem a iniciativas de entes subnacionais brasileiros. A Secretaria de Educação do estado do Paraná realizou, em agosto de 2024, missão ao país, com o objetivo de conectar as sete universidades estaduais paranaenses às oito universidades neozelandesas, com foco inicial em pós-doutorado.

Cooperação educacional

O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2017, cerca de 3.600 estudantes brasileiros passaram pela Nova Zelândia, a maioria deles em cursos de inglês. A *Education New Zealand* (ENZ), responsável pelo desenvolvimento da área internacional do sistema de educação neozelandês, homenageou o Brasil na edição de 2018 da *New Zealand International Education Conference*, ressaltando que o país é a maior fonte de estudantes na América Latina.

Os dois países têm Acordo sobre Programa de Férias e Trabalho desde 2010. O acordo estipula que, anualmente, até trezentos nacionais de cada um dos dois países, entre 18 e 30 anos, pode receber visto para permanecer e exercer atividade remunerada no território da outra parte por até doze meses, improrrogáveis.

TEMAS CULTURAIS

A maioria da população da Nova Zelândia possui pouco conhecimento sobre o Brasil, sendo muitas vezes a imagem brasileira associada ao bloco latino-americano de fala hispânica. Contribui para a divulgação do Brasil a grande presença de estudantes brasileiros, principalmente nas escolas de nível médio. Entre os aspectos da cultura

brasileira mais conhecidos na Nova Zelândia, destacam-se a música (bossa-nova, samba e choro), a capoeira e o jiu-jitsu brasileiro, esportes que contam com diversos profissionais nas principais cidades do país.

A principal iniciativa cultural é a coorganização do “Latin American and Spain Film Festival” (LASFF). O evento leva uma obra cinematográfica de cada um dos sete países participante a dez cidades neozelandesas, alcançando mais de 6 mil espectadores. O Brasil mantém importante apoio a iniciativas culturais da comunidade, particularmente, as de ensino de português como língua de herança. Em 2025, a prefeitura de Auckland disponibilizou sede própria para a instituição Brasileirinho.

TEMAS CONSULARES

A população brasileira residente na Nova Zelândia, estimada em cerca de 12 mil pessoas, tem crescido velozmente - 37% no período de 2018 a 2023, segundo a agência estatal StatsNZ. Quase metade da comunidade brasileira concentra-se na metrópole Auckland e arredores. Nos últimos anos, a cidade de Queenstown, na Ilha Sul, passou a reunir a segunda maior concentração de brasileiros, representando uma das maiores diásporas estrangeiras naquela cidade, consistindo, em especial, de trabalhadores da indústria do turismo. Além da capital, há ainda comunidades significativas em Christchurch, maior cidade da Ilha Sul, e em Tauranga, principal cidade portuária.

Vistos e imigração

Os cidadãos de ambos os países foram isentos de visto para entrar e permanecer nos respectivos territórios por até 90 dias, em sintonia com o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, em vigor desde outubro de 2004. A partir de outubro de 2019, o governo neozelandês passou a exigir a autorização de viagem eletrônica (*eletronic travel authority* - ETA) para visitantes estrangeiros de alguns países, incluídos os brasileiros e cidadãos de 59 outras nacionalidades, ao custo de NZD 17,00 (por aplicativo) ou NZD 23,00 (por website). Entre as nacionalidades que anteriormente estavam isentas do ETA, somente os cidadãos australianos permanecem com a isenção.

Brasil e Nova Zelândia também contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo.

Turismo

É grande o número de brasileiros que visitam a Nova Zelândia a turismo. Em 2024, em torno de 10 mil brasileiros visitaram o país, representando queda de quase 50% em relação aos 19 mil de 2018. Em contrapartida, a Nova Zelândia não figura entre os principais emissores de turistas ao Brasil.

Encontros de alto nível:

Visitas e Encontros de Chefes de Estado e de Governo

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de chefe de governo brasileiro.

A então primeira-ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um chefe de governo neozelandês ao país. Na ocasião, foi inaugurada a embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o então primeiro-ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. Traduziu desejo do governo, então liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy", que incentivou a abertura da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001). Na ocasião, foi assinado o Acordo de Serviços Aéreos, com o intuito de estimular as possibilidades de ligação aérea mais direta entre os dois países. O acordo foi ratificado pelo Congresso Nacional em setembro de 2018. A publicação pelo Brasil, em dezembro de 2018, do decreto de promulgação do Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (Decreto 9.608), poderá facilitar a implementação de conexão aérea direta entre o Brasil e a Nova Zelândia (Auckland e São Paulo ou Rio de Janeiro).

A visita do então primeiro-ministro John Key representou um avanço na cooperação em setores de interesse prioritário para os dois países, como esportes, turismo, educação, agricultura, comércio e investimentos. A então presidente Dilma Rousseff referiu-se particularmente ao aumento dos investimentos neozelandeses no Brasil e saudou a iniciativa da Fonterra de aumentar seus investimentos na produção de lácteos no país. A iniciativa de cooperação trilateral com o Suriname também foi lançada durante a visita de Key, tendo o projeto sido efetivamente iniciado em 2016. Com a cooperação trilateral, a *Landcare Research* e a EMBRAPA trabalharam juntas para a melhoria do cultivo do arroz nas terras altas do Suriname. Na ocasião, a Nova Zelândia demonstrou interesse em firmar Acordo de Coprodução Cinematográfica com o Brasil.

Em agosto de 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o governador-geral da Nova Zelândia, Jerry Mateparae, visitou o Brasil, onde cumpriu agenda no Rio de Janeiro e participou das cerimônias olímpicas.

Encontros de Chanceleres

O ministro Celso Amorim foi o primeiro e único ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008. Em sua última visita oficial, realizada em agosto de 2008, foram assinados dois acordos: o Programa de Férias e Trabalho e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Conservação Ambiental. Já do lado neozelandês, visitaram o Brasil os seguintes chanceleres: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, agosto de 2010).

Em 16 de dezembro de 2024, aconteceu telefonema entre o ministro Mauro Vieira e o chanceler da Nova Zelândia, Winston Peters. A chamada foi proposta pelo lado neozelandês. O ministro Peters transmitiu a decisão de seu país de aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, tornando-se assim o 90º país a integrá-la desde seu lançamento, em novembro de 2024.

Relações parlamentares

O Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia foi inaugurado em 2001, sendo reinstalado com nova formação a cada legislatura.

Na 57ª legislatura, em 2023, o grupo foi reinstalado sob a presidência do deputado Júlio César (PSD/PI) e conta também com os deputados Alexandre Guimarães (REP/TO), Amanda Gentil (PP/MA), Icaro de Valmir (PL/SE), Laura Carneiro (PSD/RJ), Marangoni (União/SP), Marussa Boldrin (MDB/GO) e Thiago de Joaldo (PP/SE), além da senadora Jussara Lima (PSD-PI), num total de nove integrantes.

Outras visitas

Em 2010, o então governador da Bahia visitou a Nova Zelândia. Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. Em abril de 2018, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) visitou Wellington para tratar, com autoridades neozelandesas, do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente. Ministra do Esporte visitou a Nova Zelândia em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino e encontrou-se brevemente com o premiê Chris Hipkins e o presidente da FIFA, Gianni Infantino.

Em 2024, o Ministro do Comércio neozelandês, Todd McClay, realizou visita ao Brasil, de 21 a 25 de outubro. A autoridade liderou delegação empresarial em visita a São Paulo e deslocou-se a Brasília para encontros no âmbito de reunião do G20. Reuniu-se com o vice-presidente e ministro em 23/10.

Mecanismo de Consultas Políticas

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 20 de novembro de 2001, com o objetivo de discutir o intercâmbio e a cooperação bilaterais, bem como promover a troca permanente de impressões sobre os diversos temas que compõem as agendas regionais e multilateral. Após intervalo de quatro anos, a VIII edição do Mecanismo ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2018. A delegação neozelandesa foi chefiada pelo embaixador Ben King, subsecretário do MFAT para as Américas. A IX edição, foi realizada em março de 2024.

POLÍTICA EXTERNA

A Nova Zelândia apresenta-se como país de vanguarda: foi o primeiro a conferir voto às mulheres (1853); a assegurar cadeiras no parlamento aos povos originários, os Maoris (1867); a criar sistema de bem-estar social (1938); e, a partir de 2019, o primeiro a adotar o *wellbeing budget*, orçamento público que pretende garantir a seu povo, entre outros objetivos, a saúde mental e o combate às mudanças climáticas, à exclusão social e à violência doméstica. Tal proposta, apresentada pela primeira-ministra Jacinda Ardern na reunião de Davos, é construída a partir do conceito maori de "kaitiakitanga", ou seja, respeito às gerações atuais e futuras.

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político britânico. O rei Charles III é o chefe de Estado e é representado, desde 2021, pela governadora-geral, Cindy Kiro. O Poder Executivo emana do Parlamento, apresentando-se o primeiro-ministro, Christopher Luxon como chefe de governo desde novembro de 2023. No sistema político neozelandês, o Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo governador-geral, sendo o alistamento eleitoral obrigatório, embora seja conferido à população o voto optativo. O Parlamento neozelandês tornou-se unicameral em 1950, quando a Câmara Alta foi abolida.

O sistema eleitoral bipartidário foi substituído, em 1993, pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em representante local e outro em partido político. Existem 122 vagas no Parlamento: 70 vagas são preenchidas pelo voto eleitoral e 52 vagas pelo voto em listas de partidos. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos. Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos têm adotado políticas como a eliminação de subsídios ao setor agrícola, a redução das tarifas de importação e a privatização de estatais.

ECONOMIA

A Nova Zelândia é um país de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nas últimas décadas, o governo neozelandês transformou o país - anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico - em uma economia mais dinâmica, com poder de competir globalmente, o que contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia.

A Nova Zelândia é país signatário do CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*), acordo concluído em 2018, e que constitui a 4ª maior área de livre comércio, e do RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*), concluído em 2020, e que será a maior área de livre comércio, respondendo por um mercado de 2,2 bilhões de pessoas (cerca de 30% da população mundial), e um PIB de mais de US\$ 26 trilhões (cerca de 30% do produto global). Em relação ao RCEP, a harmonização das regras de origem entre os países membros é apontada como um dos principais resultados do acordo, ao permitir trânsito de bens entre os países signatários ao amparo de apenas um certificado de origem.

Desempenho macroeconômico

No ano calendário 2024, a Stats NZ, agência oficial de estatísticas neozelandesa, reportou queda de 0,5% do PIB. O combate à inflação exigiu juros altos por muito tempo, o que esfriou consumo e afetou o investimento e a construção, em contexto de mundo crescendo pouco e ajuste gradual das contas públicas. Em paralelo, a renda real das famílias continuou pressionada e o impulso da migração líquida diminuiu, limitando ainda mais a capacidade de reação da atividade econômica.

Comércio Exterior

Em função do limitado mercado doméstico, a economia da Nova Zelândia apoia-se no desempenho do comércio exterior, o qual representou 46% do produto interno bruto em 2021. A pauta exportadora neozelandesa confirma a concentração em "commodities" primárias: as vendas de laticínios, carnes e madeiras (os três principais produtos exportados) somaram NZD 36 bilhões, ou seja, 56% das exportações locais.

As importações estão mais bem distribuídas, embora predominem produtos manufaturados (a Nova Zelândia importa poucos alimentos e produtos básicos): veículos, maquinário mecânico e equipamento foram os principais produtos importados.

Os principais destinos das exportações foram China, Austrália e EUA. As principais origens das importações da NZ também foram China, Austrália e EUA. Nenhum país latino-americano figura entre os vinte principais parceiros da NZ.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1964 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1986 - Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
- 1994 - Visita à Nova Zelândia do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.
- 1997 - Abertura da embaixada do Brasil em Wellington.
- 1998 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
- 2001 - Visita ao Brasil da primeira-ministra Helen Clark.
- 2001 - Abertura da embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
- 2004 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
- 2005 - Visita à Nova Zelândia do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.
- 2006 - Visita à Nova Zelândia do assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
- 2006 - Visita ao Brasil do ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio, Phil Goff.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
- 2008 – Visita do assessor especial para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
- 2008 – Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
- 2008 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
- 2008 – Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2009 – Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
- 2009 - Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
- 2010 – Assinatura entre a Petrobras e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
- 2010 – Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
- 2011 - V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo secretário-geral e diretor executivo do MFAT, John Allen.
- 2013 – VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
- 2013 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
- 2013 – Visita do embaixador Colin Keating, enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).
- 2013 – Visita da embaixadora Andrea Smith, subsecretária para Ásia e Américas (novembro).

- 2014 – VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela diretora do Departamento de Américas do MFAT, embaixadora Jane Coombs.
- 2015 – Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce.
- 2016 – Visita ao Brasil da subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (maio).
- 2016 – Visita ao Brasil do governador-geral, Jerry Mateparae, por ocasião dos Jogos Olímpicos (julho).
- 2017 – Visita ao Brasil da diretora da Divisão de Américas, Felicity Buchanan (abril).
- 2018 – VIII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília (fevereiro).
- 2024 – IX Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Wellington (março)
- 2024 – Visita do Ministro do Comércio Todd McClay, para reunião do TIWG (G20) e encontro com o MDIC/VP, São Paulo e Brasília (outubro).
- 2024 – Telefonema entre os chanceleres Mauro Vieira e Winston Peters (dezembro)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

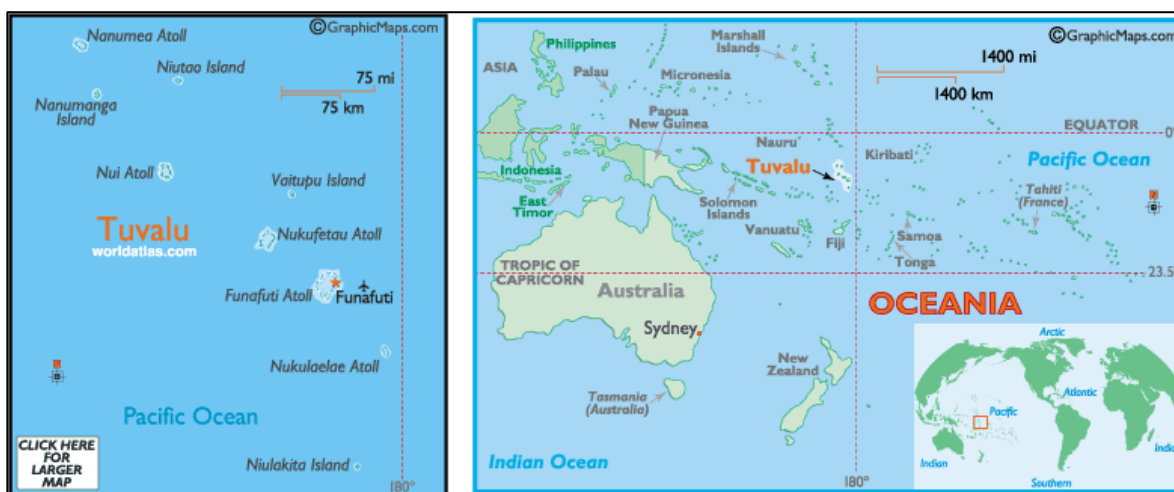
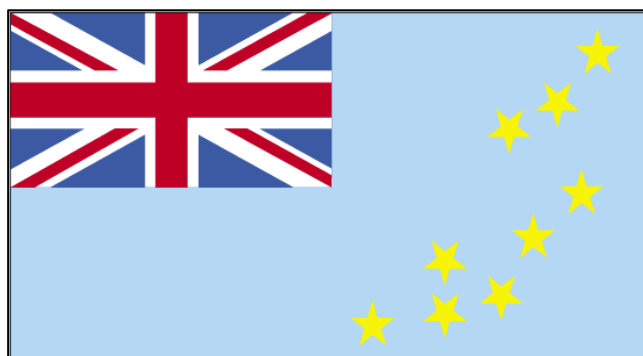
- 1642 - O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
- 1814 - Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
- 1840 - O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
- 1860/1880 - “Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
- 1893 - As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
- 1914/19 - Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
- 1938 - O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
- 1939-1945 - Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
- 1953 - Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
- 1970 - Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
- 1973 - O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Europeia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
- 1983 - Assinatura do *Closer Economic Relations* com a Austrália.
- 1984 – Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
- 1985 - O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
- 1996 - O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de vice-primeiro-ministro.
- 1999 - Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de primeira-ministra.
- 2008 - A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.
- 2008 - O Partido Nacional elege o primeiro-ministro John Key.

- 2009 – A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
- 2011 - O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.
- 2016 – Bill English assume como primeiro-ministro após a renúncia inesperada de John Key.
- 2017 – Jacinda Ardern se torna primeira-ministra.
- 2019 – Atentados de 15 de março em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano em mesquita, deixa 51 mortos e vários feridos.
- 2023 – Início do governo de Chris Hipkins, em substituição à PM Jacinda Ardern, que renunciou em janeiro.
- 2023 – Início do governo de Christopher Luxon (novembro).
- 2024 – Visita do Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay (outubro).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

TUVALU



**Maço ostensivo
Novembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL	Tuvalu
GENTÍLICO	tuvaluano
CAPITAL	Funafuti
DATA NACIONAL	1/10
ÁREA	30 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	9,816 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo (92,4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Casa da Assembleia unicameral (16 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Rev Tofiga Vaevalu Falani (<i>desde 2021</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Feleti Penitala Teo (<i>desde 28 de fevereiro de 2024</i>)
CHANCELER	Paulson Panapa (<i>desde 28 de fevereiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 62,28 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 65.68 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5,465.1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5,763.5 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	0,7% (2022), 3,0% (2021), 3,2% (2020); 8,3% (2019); 1,3% (2018); 2,9% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2022)	0,653 (132º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	64,5 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016)	8,5% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM FUNAFUTI (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL —> TUVALU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	187	456	0,3	2,3	28,3	911	739	662	2,2	62,7	0,55	6,0
Exportações	49	454	0	2,3	28,3	911	739	660	2,1	62,6	0,36	0
Importações	138	1,6	0,3	0	0	0	0	2	0,06	0,1	0,19	6,0
Saldo	-89	452	-0,3	2,3	28,3	911	739	658	2	62,5	0,17	-6,0

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rev Tofiga Vaevalu Falani *Governador-Geral*



Em setembro de 2021, Falani foi nomeado governador-geral de Tuvalu. Como governador-geral, Falani também atua como vice-rei de Tuvalu. Falani fora governador-geral interino em agosto de 2017, durante a ausência de Sir Iakoba Italeli. Falani é ministro religioso tuvaluano e preside a Igreja de Tuvalu desde 2008.

Feleti Teo *Primeiro-Ministro*



Feleti Teo, que foi educado na Nova Zelândia e na Austrália, foi o primeiro procurador-geral de Tuvalu. Tem experiência como alto funcionário do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), da Agência de Pesca do FIP e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP). Em 28 de fevereiro de 2024, Feleti Teo foi eleito PM por unanimidade pelos parlamentares de Tuvalu.

Paulson Panapa *Ministro das Relações Exteriores*



Paulson Panapa (nascido em 1967) é político tuvaluano e foi funcionário público e diplomata. Foi nomeado Alto Comissário de Tuvalu em Fiji em 2014 e na Nova Zelândia em 2017. Panapa foi secretário adjunto do Parlamento de 1991 a 1995 e secretário de 1995 a 2004. Foi também Secretário de Obras, Águas e Energia (2010) e Secretário de Educação, Juventude e Esportes (2011). Na área esportiva, Panapa foi meio-campista (2008-2009) na equipe First Eleven e treinador do F.C. Tofaga. Foi presidente da Associação Nacional de Futebol de Tuvalu (TNFA) (2001-05; 2010-13). Assumiu a pasta de Relações Exteriores em 28 de fevereiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tuvalu estabeleceram relações diplomáticas em 2006. A limitada conectividade com a ilha apresenta desafios para o adensamento das relações bilaterais. Adicionalmente, a diminuta estrutura governamental e a ausência de presença física brasileira no país dificultam maior interlocução com Funafuti.

A agenda ambiental e de combate ao aquecimento global ganha premência na relação bilateral. Tuvalu está entre os países do Pacífico insular mais vulneráveis aos impactos ambientais, como a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e degradação dos ecossistemas marinhos.

A ministra de Mudanças Climáticas, Maina Talia, chefiou a delegação tuvaluana à COP30, em Belém. Em 2012, o Primeiro-Ministro de Tuvalu, Willy Telavi, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Em 2024, Tuvalu recebeu doação humanitária brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Tuvalu já manifestou interesse na cooperação bilateral em esportes e em sustentabilidade ambiental.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O mercado tuvaluano é muito diminuto (menos de 10 mil habitantes e de USD 100 milhões de PIB), o que resulta em corrente de comércio bilateral anual média muito inferior a USD 100 mil no último triênio. A única conexão aérea internacional do país é com Fiji.

O país é abastecido principalmente a partir da reexportação desde Fiji, em partidas inferiores a um contêiner, o que tornaria a promoção comercial brasileira naquele mercado antieconômica.

Em 2024 o Brasil não exportou nada para Tuvalu, importando apenas US\$ 6 mil em partes para assentos; juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida; e porcas de ferro fundido, ferro ou aço.

TEMAS CULTURAIS

Os custos elevados de acesso às ilhas de cumulatividade da Embaixada em Wellington e dificuldades para interação com a burocracia governamental representam desafio para a expansão do dossiê cultural e dos esforços de diplomacia pública nesses países, razão pela qual o Posto não realizou nem tem planejadas ações de promoção cultural junto a Tuvalu.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Tuvalu.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tuvalu.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados quaisquer atos bilaterais. Em dezembro de 2022, a Embaixada em Wellington fez entrega ao Alto Comissariado de Tuvalu na Nova Zelândia de proposta de acordo básico de cooperação técnica.

POLÍTICA EXTERNA

Tuvalu tornou-se membro da ONU e da *Commonwealth* em setembro de 2000. A prioridade da política externa de Tuvalu é a região do Pacífico. O país é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, da UNESCO e da OMS. É membro do ACP, grupo de países em desenvolvimento associados à Comunidade Europeia pelo Tratado de Lomé, sucedido pelo Acordo de Cotonou.

Integrante dos grupos LDC (*Least Developed Countries*) e SIDS (*Small Island Developing States*), Tuvalu apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O país é ainda membro da *Association of Small Island States* (AOSIS).

O arquipélago tem adotado postura cada vez mais ativa nos fóruns regionais e internacionais. A questão existencial de Tuvalu, um dos primeiros países com risco de desaparecimento físico em decorrência do aquecimento global, tem sido o parâmetro norteador de sua política externa. Conforme o próprio premiê Teo tem afirmado, Tuvalu seria "o mais vulnerável entre os países mais vulneráveis" aos impactos das mudanças climáticas e ao aumento do nível dos oceanos.

Concessão de direitos de residência na Austrália a refugiados climáticos de Tuvalu

Tuvalu mantém relações estreitas com a Austrália. O governo australiano oferece assistência técnica e financeira para as atividades de monitoramento da pesca. Em novembro de 2023, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, e o então primeiro-ministro tuvaluano, Kausea Natano, anunciaram a elevação da relação Austrália-Tuvalu a um novo patamar. A *Falepili Union*, nome dado ao acordo bilateral, que entrou em vigor em agosto de 2024, prevê, entre outras obrigações, que a Austrália permitirá a cidadãos de Tuvalu deslocados devido à mudança do clima a possibilidade de se restabelecerem em território australiano.

Tuvalu, com população de cerca de 10 mil habitantes, é um dos países de menor altitude do mundo, uma vez que nenhuma parte do seu território se eleva a mais de cinco metros acima do nível do mar.

ECONOMIA

Por tratar-se de país muito pequeno e isolado, a economia de Tuvalu apresenta grande vulnerabilidade em relação a influências externas, entre elas o clima. A maior parte da população está envolvida nas atividades de pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. Cerca de 2/3 da força de trabalho é empregada pelo governo. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca, principalmente para empresas taiwanesas e japonesas, e a concessão do domínio de Internet “.tv”.

Tuvalu faz parte da relação de *Least Developed Countries* das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. O potencial de desenvolvimento é limitado pela

pequena população, localização remota, dependência externa e extrema suscetibilidade a desastres naturais.

A maior parte das exportações de Tuvalu compõe-se de peixes, crustáceos e moluscos. Já as importações envolvem sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. O principal destino das exportações de Tuvalu (US\$300 mil em 2019) é Fiji. Já as importações (US\$39 milhões em 2020) provêm, principalmente, de Fiji, Austrália, Japão e China.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Tuvalu, 62% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

Tuvalu é um arquipélago formado por ilhas e atóis, situado no Pacífico Sul, ao norte de Fiji. É um dos menores países do mundo, com 26km², e cerca de 10 mil habitantes. Trata-se de monarquia parlamentarista. Como o país é membro da *Commonwealth*, o chefe de Estado é o monarca britânico.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu se beneficia de razoável estrutura de governo e de um “trust” britânico, para o qual também contribuem a Austrália e a Nova Zelândia. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. O Parlamento, com 15 membros, é renovado a cada quatro anos. Não há partidos políticos organizados; as campanhas são baseadas em laços familiares e reputação. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

A democracia parlamentar realiza eleições periódicas e livres. Inexistem partidos políticos no país, mas não há impedimento legal para sua constituição formal. Os candidatos participam do processo eleitoral de forma independente e estabelecem alianças temporárias durante a legislatura.

Tuvalu também parece ter superado recentes sobressaltos políticos, decorrentes do atraso na divulgação do resultado das eleições de 2024. O pleito resultou na eleição do ex-procurador-Geral Feleti Teo como novo premiê tuvaluano.

Cronologia Histórica

1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado conjunto sobre as ilhas Ellice e as ilhas Gilbert.
1976	Separa-se formalmente da Colônia das Ilhas Gilbert e Ellice.
1978	Independência.
1986	Vota para permanecer uma monarquia constitucional independente com o monarca britânico à frente.
1987	A Grã-Bretanha, a Nova Zelândia e a Austrália criaram o Fundo Fiduciário de Tuvalu para fornecer ajuda ao desenvolvimento. As contribuições para o fundo também vêm da Coreia do Sul e do Japão.
2000	Admitido nas Nações Unidas.

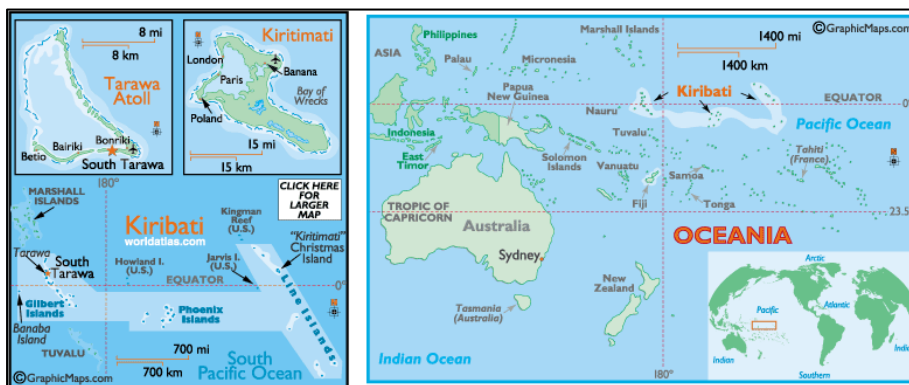
Cronologia das Relações Bilaterais

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Tuvalu
2006	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Willy Telavi ao Brasil, durante a Rio+20
2025	Ministra das Mudanças Climáticas chefiou delegação de Tuvalu à COP30.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália Pacífico (DAP)

KIRIBATI



**Maço ostensivo
Novembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	kiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
DATA NACIONAL	12/7
ÁREA:	811km ²
POPULAÇÃO (2023):	132,530 (<i>Banco Mundial</i>)
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kemplsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
CHANCELER:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023):	US\$ 279,034 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2023):	US\$ 470 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2023):	US\$ 1991,31(<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2023):	US\$ 3.522,00 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	1,03% (2023); 1,6% (2022); 1,5% (2021); -0,5 (2020); -0,5% (2019); 5,3% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021):	0,624 (136ª posição entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	67,4 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	11% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM TARAWA (cumulativa com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ KIRIBATI	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	118	34	174,4	71	57,5	300,7	36 254	213	425	34,5	266	22,2
Exportações	117	34	174	67	57	288,7	36 253	212	416	34,5	257	21,7
Importações	0,9	0	0,4	4	0,5	12	0,5	1	9	0	8,6	0,45
Saldo	116	34	173,4	63	56,5	276,7	36 252	211	407	34,5	249	21,3

*Dados de janeiro a outubro.

PERFIL BIOGRÁFICO

Taneti Maamau

Presidente e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Taneti Maamau nasceu em 1960. Iniciou a sua carreira pública como Oficial de Planeamento no Ministério das Finanças em 1979 e atuou no serviço público até renunciar em 2002, para ingressar na carreira política. Foi deputado da oposição até ser escolhido por seu partido para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Tomou posse no cargo em março de 2016, tendo sido o único candidato da oposição para as eleições presidenciais daquele ano. Obteve apoio do ex-presidente Teburoro Tito, de quem fora ministro das Finanças. Maamau é casado e tem três filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Kiribati é uma república presidencialista, composta por 33 ilhas, em sua maioria inabitadas. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia acumula a função de representação junto a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu.

Além de possuir relevância geopolítica, por sua localização no Pacífico, a circunstância insular dessa nação lhes confere posição central nas negociações sobre mudança do clima, em virtude dos riscos a que está sujeita em decorrência da elevação do nível dos oceanos. É parceiro que o Brasil procura apoiar dentro das suas possibilidades, tanto na relação bilateral quanto nos foros multilaterais.

Entre os principais encontros de trabalho, cabe destacar a visita ao Brasil do então presidente de Kiribati, Anote Tong, por ocasião da Rio+20 em 2012, além da recente visita do Vice-Presidente e Ministro das Finanças e Desenvolvimento Econômico, Teuea Toatu, por ocasião da COP30, em 2025.

Outros encontros de realce incluem missão realizada em abril de 2011, quando a então embaixadora do Brasil em Wellington, Renate Stille, esteve na capital Tarawa, para reunir-se com o então presidente Anote Tong e por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Imigração. Anote Tong demonstrou dar grande valor à aproximação com o Brasil, por diversas referências positivas ao relacionamento bilateral. Afirmou que Kiribati habitualmente apoia o Brasil em foros internacionais, em especial em temas relacionados a clima, e sinalizou interesse em buscar aproximação em diferentes áreas de cooperação técnica, além das atinentes à agricultura.

Em novembro de 2025, o assessor da Presidência, Tebatoki Taaweti, participou do I Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, do Presidente do STJ, Ministro Antonio Herman Benjamin; da Sra. SEASIA; e do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Contra-Almirante Ricardo Ferreira.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

Em novembro de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação, via Embaixada, transmitiu à chancelaria de Kiribati minuta de proposta brasileira de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sujeita a ajustes antes da apresentação formal.

Em 2024, Kiribati recebeu doação brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Em 2023, o envio de doação brasileira de pastilhas de cloro foi impossibilitado pela falta de prestador de serviços habilitado a fazer as embalagens exigidas para tal transporte marítimo, uma vez que o material é considerado perigoso.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral é pouco expressivo (algumas dezenas ou centenas de milhares de dólares/ano) e constitui-se basicamente de exportações brasileiras. Em 2020 alcançou US\$ 36 milhões, em razão da exportação de jatos da Embraer pelo Brasil. Em 2021 voltou ao padrão, alcançando US\$212 mil em exportações brasileiras. Em 2022, as exportações totalizaram US\$ 416 mil, principalmente de conservas de carne bovina e de frango, enchidos de carne, tabaco e açúcar.

Em 2023, as exportações brasileiras para Kiribati somaram US\$ 34 mil, compostas exclusivamente de tabaco. Não houve vendas de Kiribati para o Brasil. Em 2024, o Brasil exportou principalmente açúcares de cana e preparações alimentícias e conservas da espécie bovina (US\$ 257.000,00), e importou de Kiribati fitas de diferentes

têxteis (US\$ 8.600,00). De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou US\$ 21.700,00 e importou US\$ 450,00.

Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional apenas com Nauru e as Ilhas Marshall. Trata-se de arquipélago extremamente esparso. Por exemplo, a cidade de Kirimati dista mais de 3200km da capital Tarawa. Essa dificuldade havia-se transformado em oportunidade para a Embraer, pois, em 2018, o Governo kiribatiano assinou com a empresa acordo para compra de dois E190-E2, incluindo a opção de compra de mais 2, tornando a estatal Air Kiribati a cliente-lançadora do E2 no Pacífico.

Em 2019 foi entregue o primeiro avião; contudo, o advento da pandemia, bem como atrasos na obtenção pelo modelo E2 da certificação ETOPS, necessária para voos dessa distância sem aeroportos ao longo da rota que comportem a aeronave em caso de emergência, até o momento impediram a entrada em operação do avião pela Air Kiribati. Representantes do país pediram recentemente apoio do Governo brasileiro para gestão junto à empresa para acelerar a certificação, e/ou o "lease" de modelo anterior certificado nesse ínterim.

Outra oportunidade para o Brasil é a área de proteína animal. Ao longo de 2025, Kiribati parece ter renovado o interesse em abrir seu mercado para importação de carne bovina, suína, de frango e ovos "in natura" do Brasil. Certificados sanitários para esses produtos estão em negociação e aguardam, neste momento, reação do MAPA.

TEMAS CULTURAIS

Os elevados custos de deslocamento aos países de cumulatividade da Embaixada em Wellington, bem como as dificuldades de interação com a burocracia governamental local, constituem desafio para as relações culturais e os esforços de diplomacia pública do Posto nesses países, motivo pelo qual o Posto não realizou nem tem previstas ações de promoção cultural junto a Kiribati.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis sobre o número de brasileiros em Kiribati. A Embaixada em Wellington tem conhecimento de apenas um brasileiro residente no país, casado com uma cidadã de Kiribati, com quem tem três filhos menores de idade. Atualmente, a família encontra-se residindo temporariamente no Brasil.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Kiribati.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

POLÍTICA EXTERNA

Kiribati mantém relações próximas com seus vizinhos do Pacífico, especialmente Austrália e Nova Zelândia. É membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico e de outras organizações regionais. Tornou-se membro da ONU em 1999 e faz parte de todas as suas agências especializadas, exceto a UNWTO. É, também, membro das seguintes organizações: Interpol, Banco de Desenvolvimento da Ásia, ESCAP

(*Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*), ACP (África-Caribe-Pacífico), FMI, Banco Mundial e OMC. Em 2013, tornou-se o 133º membro do G77.

Kiribati apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima e integra os grupos SIDS (*Small Island Developing States*) e LDC (*Least Developed Countries*). O país é ainda membro da AOSIS (*Association of Small Island States*).

No contexto da disputa geoestratégica entre EUA e China no Pacífico, Kiribati parece despertar apreensão particular em Washington não apenas por sua relativa proximidade com o Havaí, mas por possuir uma gigantesca zona econômica exclusiva, que abrange cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados no Pacífico. Em 2022, a vice-presidente Kamala Harris prometeu a abertura de embaixada americana no país, embora a medida ainda não tenha sido efetivada.

O Presidente Maamau tem defendido em seus discursos sobre política externa o multilateralismo e a necessidade de solidariedade global para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Nos últimos anos, Kiribati sofreu especialmente com secas prolongadas e inundações de áreas costeiras que afetam as moradias, a infraestrutura pública, o suprimento de água potável e a segurança alimentar.

Nova Zelândia

No contexto da política da primeira-ministra neozelandesa, Jacinda Ardern, de contrabalançar a presença chinesa no Pacífico Sul, foi lançada, em 2018, a iniciativa *Pacific Reset*, que previa aumento expressivo no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (MFAT) para cooperação ao desenvolvimento no Pacífico insular. Os recursos destinados a projetos no conjunto da região totalizariam US\$ 700 milhões no triênio fiscal 2018-2021, sendo que a parcela correspondente a Kiribati seria de 8% desse total.

Nesse quadro geopolítico, definido pelo “Pacific Reset”, o então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Nova Zelândia, Winston Peters, realizou, em fevereiro de 2019, visita oficial a Kiribati à frente de missão governamental neozelandesa. As mudanças climáticas constituíram o principal tema de seus contatos com as autoridades locais.

O projeto-piloto em Kiribati (concebido pela subsidiária neozelandesa do grupo norte-americano *Jacobs* e pelo Instituto Nacional de Pesquisa sobre Água e Clima, sediado em Auckland) prevê a criação de nova área urbana de 3 km² no atol de Tarawa, com 8 metros acima do nível do mar e capacidade para receber cerca de 35 mil habitantes. As obras durariam em torno de 30 anos, em três etapas, e estariam orçadas em mais de US\$ 300 milhões (somente a parte básica de engenharia). Criariam, em tese, condições para a sobrevivência do país até o ano 2200.

O primeiro-ministro Christopher Luxon e o chanceler Winston Peters foram os primeiros líderes internacionais a parabenizar publicamente o Presidente Maamau pela reeleição em 2024, divulgando mensagens em suas redes sociais nas quais reconheceram a vitória e expressaram expectativa de seguir trabalhando com Tarawa em favor de objetivos comuns.

China/Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes

e pequenos com equidade e que quer estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul.

Em 21/10/2021, foi realizado o primeiro Encontro de Chanceleres da China e Ilhas do Pacífico. Além de Wang Yi, participaram os ministros das relações exteriores e representantes de Kiribati, Fiji, Tonga, Niue, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Micronésia, Ilhas Salomão, Samoa e o secretário-geral do Fórum das Ilhas do Pacífico. Ao lado da América Latina e Caribe, o Pacífico é outra região no globo onde Pequim e Taipé disputam aliados diplomáticos. Em setembro de 2019, Kiribati e Ilhas Salomão romperam relações com Taiwan e estabeleceram com a República Popular. Ilhas Marshall, Nauru, Palau e Tuvalu seguiram reconhecendo Taiwan. Nauru rompeu relações com Taiwan em janeiro de 2024.

Mineração de fundos oceânicos

Observa-se crescente discussão sobre mineração em águas profundas no Pacífico insular. Como continente com a maior área de zonas econômicas exclusivas (cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados), a Oceania tem assistido o aumento do interesse na exploração deste vasto território. Discute-se, também, a extração mineral nos leitos marinhos para além das duzentas milhas náuticas da costa. A atividade encontra crescente apoio na Nova Zelândia, Ilhas Cook, Kiribati e Tonga sob a justificativa de eventuais benefícios econômicos decorrentes da exploração mineral.

O fato de Kiribati apresentar a terceira maior ZEE na Oceania, com cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados (quatro mil vezes maior do que seu território), é visto pelos sucessivos governos quiribatianos como oportunidade para o desenvolvimento econômico daquela nação, que possui um dos menores PIBs per capita da Oceania.

ECONOMIA

A economia do país é baseada na agricultura e na pesca. Os principais cultivos são o coco, banana, taro (inhame) e frutas tropicais. As remessas dos nacionais que trabalham no exterior são importante fonte de renda para o país.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Kiribati, 66% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento. Kiribati possui recursos escassos, sendo sua maior fonte de financiamento a de ajuda de outros países, assim como a concessão de licenças de pesca e as remessas de nacionais no exterior.

Exceto pelo pescado, frutas (banana e mamão) e poucos legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (de Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala).

O desemprego é um ponto de preocupação no país. Cidadãos de Kiribati buscam empregos em outros países, em atividades marítimas e em setores turísticos, inclusive em cruzeiros de grande porte, bem como na colheita de frutas em Guam ou da cana-de-açúcar na Austrália.

POLÍTICA INTERNA

A República de Kiribati é um arquipélago situado no Pacífico, nas imediações da linha do Equador. Com cerca de 130 mil habitantes, é uma república presidencialista.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto, desde 1892. Ao se tornarem independentes, optaram por formar entidades nacionais distintas. Kiribati é o país de menor desenvolvimento relativo em toda a área.

A República de Kiribati tornou-se independente em 1979. O país é membro da *Commonwealth* e tem tradição de estabilidade política.

Em 9 de março de 2016, Taneti Maamau (do Tobwaan Kiribati Party) foi eleito, pela primeira vez, com 60% dos votos. Maamau foi reeleito, com 55% dos votos, para terceiro mandato nas eleições de 25 de outubro de 2024, superando adversário que até poucos dias antes do pleito era membro de seu próprio partido. Espera-se que Maamau siga fortalecendo os laços do país com Pequim, em processo que causa inquietações em Washington e seus aliados no Pacífico Sul. O presidente Maamau segue acumulando a função de ministro dos Negócios Estrangeiros e Imigração.

O país é um dos mais isolados do mundo, constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km² no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança do clima. Kiribati tem tomado iniciativas importantes na área de meio ambiente.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1820	Nomeadas Ilhas Gilbert, em homenagem ao capitão naval britânico Thomas Gilbert
1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado sobre as Ilhas Gilbert e as ilhas vizinhas de Ellice (hoje Tuvalu)
1943	As Ilhas Gilbert e Ellice são tomadas por forças japonesas
1979	Em 12 de julho, as Ilhas Gilbert tornam-se uma república independente dentro da Comunidade com o nome de Kiribati. Ieremia Tabai torna-se presidente.
1999	Ingresso na ONU

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Missão oficial brasileira a Kiribati
2010	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Presidente de Kiribati visita o Brasil por ocasião da Rio+20
2025	Vice-Presidente de Kiribati chefia delegação quiribatiana à COP30, em Belém.

Acordos Bilaterais

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

SAMOA



**Maço ostensivo
Novembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO	samoano
CAPITAL	Apia
DATA NACIONAL	1/6
ÁREA	2.840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	216,663 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	samoano (polinésio) 91,1%, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantismo (54,9%), catolicismo romano (18,8%), mormonismo (16,9%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa unicameral ou Fono (50 membros para a legislatura 2016-2021; membros dos 49 distritos eleitorais eleitos diretamente por voto majoritário simples e 1 assento para mulher, adicionado nas eleições de 2016 a fim de cumprir a representação mínima de 10% para mulheres). Os membros cumprem mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Tuimaleali'ifano Va'aletoa Sualauvi II (<i>21 de julho de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Laaulialemalietoa Leuatea Schmidt (<i>setembro de 2025</i>)
CHANCELER	Aguardando nomeação
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 934 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 1,50 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB <i>per capita</i> (2023)	US\$ 4,139 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 6,680.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-5,3 (2022); -8,1% (2021); -2,6% (2020); 4,4% (2019); -1,2% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,702 (116ª posição) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	72,8 anos (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	9,8% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Tala
EMBAIXADOR EM APIA (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL → SAMOA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Total	2311	1033	2310	2632	2859	2982	5700	3484	2993	3917	868,8
Exp.	375	678	720	588	995	1161	1200	1540	1997	3163	868,5
Imp.	1936	355	1590	2044	1864	1821	4500	1944	936	754	248
Saldo	-1561	323	-870	-1456	-869	-660	-3300	-404	1061	2409	868,3

* Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tuimaleali`Ifano Va`aletoa Sualauvi II

Chefe de Estado (O le Ao o le Malo)



Bacharel em direito pela *Australian National University* e titular de diploma em estudos teológicos do *Malua Theological College*. É ex-defensor público, ex-procurador do estado e exerceu advocacia junto ao Supremo Tribunal de Samoa. Além disso, é pregador laico da Igreja Cristã Congregacional de Samoa e diácono do distrito de Aana. Tuimaleali`ifano detém um dos quatro principais títulos honoríficos de "Tama-a-Aiga" em Samoa. Ocupou a posição de vice-chefe de estado durante 28 anos. Foi eleito *O le Ao o le Malo* (chefe de Estado) em 21 de julho de 2017.

Laaulialemalietoa Leuatea Schmidt

Primeiro-ministro



Nascido em 14 de abril de 1966, Schmidt é um político, empresário e ex- ministro de Gabinete de Samoa, presidente e vice-presidente do Parlamento de Samoa e atual líder do partido FAST, após a expulsão da ex-PM Fiamē. Nas eleições de 29/8/25, o partido de Schmidt obteve maioria no Parlamento samoano, com 30 das 50 cadeiras.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Samoa estabeleceram relações diplomáticas em 2005. Cabe notar que o país insular vem exercendo crescente influência regional, reconhecida na forma de atos como a abertura da Embaixada da França em Apia, a primeira daquele país em nação polinésia.

Assim como quase a totalidade das pequenas nações insulares do Pacífico, os principais temas de potencial interesse da agenda entre o Brasil e Samoa são meio ambiente e combate ao aquecimento global, bem como prestação de cooperação técnica.

O foco de Samoa na política externa segue sendo o apelo para políticas relacionadas aos efeitos da mudança do clima, em projetos de adaptação e mitigação. Não há registro de visitas recentes de altas autoridades de parte a parte nos últimos anos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

Em 2005, foi apresentada proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Samoa. Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse samoano em receber do Brasil cooperação na área agrícola (coco, banana, café e cacau).

Em agosto de 2023, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) encaminhou, por meio da Embaixada em Wellington, nova minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica.

O governo brasileiro apresentou oferta de doação ao governo do Estado Independente de Samoa, em caráter humanitário, de 25 purificadores de água portáteis, com capacidade de produção, por unidade, de mais de 5 mil litros de água por dia, além de "kit" voltaico, concretizada em 2024. O país também tem aceitado ofertas de doação brasileira de medicamentos em caráter humanitário ao longo dos anos.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Samoa é um mercado de pequenas dimensões (208 mil habitantes, PIB de USD 1,06 bilhão). Além de Fiji, Samoa tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA (Havaí). A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 3,44 milhões, com superávit médio de USD 1,02 milhão para o Brasil. De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou US\$ 868.500,00 e importou US\$ 248,00. As exportações são dominadas por carne de frango e derivados (90,6% da pauta em 2024). Entre as importações, destacam-se os cartuchos de tinta de impressora, que conformaram 53% do total em 2024, presumivelmente fruto de reexportação samoana.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Samoa. A comunidade brasileira residente é numericamente pouco expressiva, compondo-se, basicamente, de turistas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Samoa.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros externos de Samoa são Austrália, Nova Zelândia e os países insulares do Pacífico. O país apoia o regionalismo e percebe o Fórum das Ilhas do Pacífico como o principal órgão de consultas políticas para os países da região. Samoa é membro ativo da ONU, da *Commonwealth* e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Estão sediados em Apia o Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico, os Escritórios Regionais para o Pacífico da FAO, do PNUD, da UNESCO e da OMS, e a Universidade de Agricultura do Pacífico Sul.

Samoa é uma das nações mais vocais na crítica à corrida armamentista no Pacífico Sul provocada pela disputa geoestratégica ora em curso pelo aumento da presença da China na região, e a consequente reação de Estados Unidos e seus aliados. Em vez de mais bases militares e submarinos, o governo samoano pede que as grandes potências invistam em infraestrutura resistente aos impactos climáticos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Nova Zelândia, Winston Peters, reuniu-se, em Auckland, em setembro de 2025, com o primeiro-ministro de Samoa, La'aulialemalietoa Leuatea Polataivao Fosi Schmidt. Os dois políticos discutiram as prioridades do novo governo samoano, combate ao tráfico internacional de drogas, ações de incentivo ao setor privado samoano e ampliação do esquema de vistos de trabalho temporários no país.

ECONOMIA

Samoa é um pequeno país em desenvolvimento, cuja economia tem crescido continuamente nos últimos anos. Sua população está predominantemente situada na zona rural ou em localidades remotas (82%).

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca. Os principais produtos produzidos são coco, fruta-pão, banana, cacau, e raízes como taro e ta'amu.

A balança comercial do país é cronicamente deficitária. Os principais destinos de suas vendas são Samoa Americana, Nova Zelândia, EUA e Tokelau. Os principais fornecedores são Nova Zelândia, Singapura, Austrália e EUA.

O desempenho macroeconômico de Samoa é altamente vulnerável a choques econômicos e desastres naturais. Como consequência dessa situação, o país depende sobremaneira da ajuda externa para o desenvolvimento. A ajuda externa, concedida principalmente pela Austrália, Nova Zelândia e Japão, corresponde a 14% do PIB.

Também são elevadas as remessas de divisas de samoanos vivendo na Nova Zelândia, na Samoa Americana, na Austrália e nos Estados Unidos. Há cerca de 120 mil descendentes de samoanos vivendo na Nova Zelândia, cerca de metade da atual população samoana.

POLÍTICA INTERNA

A Samoa é país situado na Oceania, constituído por duas ilhas principais (Savai'i e Upolu) e quatro ilhas menores. A capital é Apia. O povo Lapita descobriu e colonizou as ilhas samoanas há aproximadamente 3.500 anos, desenvolvendo as singulares língua e cultura samoanas. Seus vizinhos mais próximos são a Samoa Americana, Tonga a sul, Tuvalu a noroeste, Wallis e Futuna a oeste e Tokelau ao norte.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899 e passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. Samoa é membro da Comunidade Britânica.

Tuiatua Tupua Tamasese Efi foi eleito pela Assembleia Legislativa Nacional para mandato de cinco anos como chefe de estado, em junho de 2007, após a morte do chefe Susuga Malietoa Tanumafili II, que tinha sido nomeado chefe de estado vitalício pela Constituição de 1962. Em 2012, Tufuga Efi foi reeleito para o cargo. Efi foi sucedido por Va'aletoa Sualauvi II in 2017.

O país é governado pelo gabinete, que consiste do primeiro-ministro e de 12 ministros escolhidos por aquele. A Assembleia Legislativa Nacional é unicameral. O mandato tem a duração de cinco anos e os deputados são escolhidos por voto direto.

A suprema corte local barrou a decisão do chefe de estado que acarretaria ganho de cadeiras para o partido oficialista. Além disso, os juízes determinaram que o Parlamento realizasse sessão em 24/05/2021, a fim de permitir a constituição do novo governo. Surpreendentemente, os parlamentares da oposição encontraram as portas do Parlamento fechadas na manhã de 24/05/2021, por ordem do chefe de estado.

Alguns indicadores sociais do país dignos de menção positiva são: (i) o acesso quase universal a serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade; (ii) a inexistência de pobreza extrema no país; e os (iii) baixos níveis de subnutrição.

A então primeira-ministra de Samoa, Fiamē Naomi Mata'afa, anunciou, em 27 de maio de 2025, a dissolução do Parlamento. A decisão ocorreu após o orçamento para o próximo ano fiscal apresentado pelo governo ser rejeitado por expressiva margem no Legislativo local (34 votos contrários ante 16 a favor). Nas últimas eleições em Samoa, realizadas em 29 de agosto de 2025, os resultados demonstraram vitória expressiva para o partido governista, com nova liderança, após a premiê Fiamē Naomi Mata'afa ter-se desligado do partido antes da votação.

Os resultados oficiais divulgados pela comissão eleitoral de Samoa mostraram que o novo presidente do partido do Governo, Laaulialemalietoa Leuatea Schmidt, conquistou 30 das 50 cadeiras em disputa.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1899	Samoa torna-se colônia da Alemanha
1914	Torna-se território da Nova Zelândia por mandato concedido pela Liga das Nações
1962	Independência

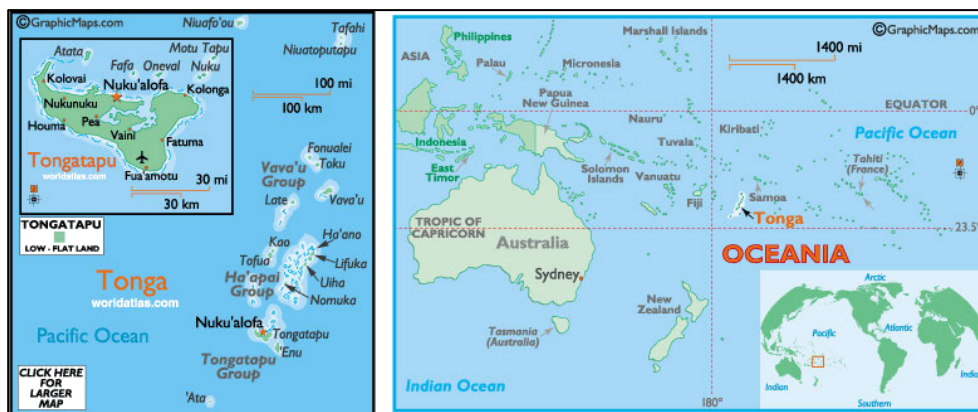
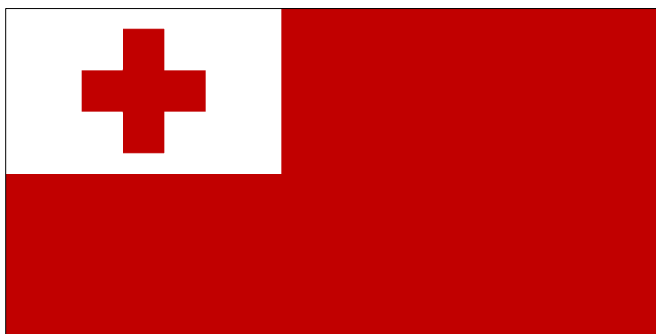
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2012	Visita do primeiro-ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi ao Brasil, durante a Rio+20
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Samoa
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

TONGA



MAÇO OSTENSIVO
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL	Reino de Tonga
GENTÍLICO	tonganês
CAPITAL	Nuku'alofa
DATA NACIONAL	4/11
ÁREA	748 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	104,597 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantismo (64,1%), mormonismo (18,6%), catolicismo romano (14,2%), outras religiões (2,4%)
SISTEMA POLÍTICO	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos)
CHEFE DE ESTADO	Rei Tupou VI (<i>desde 18 de março de 2012</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro 'Aisake Valu Eke (<i>desde 23/01/2025</i>)
CHANCELER	Sua Alteza Real Tupouto'a 'Ulukalala, Príncipe Herdeiro (<i>jan/25</i>)
PIB NOMINAL (2022)	US\$ 500,27 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2022)	US\$ 749,7 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2022)	US\$ 4,681.7 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2022)	US\$ 7,016.4 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,7% (2021); 0,7% (2020); 0,7% (2019); 0,3% (2018); 3,3% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,745 (91ª posição entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	71,0 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,4% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	4,0% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	pa'anga
EMBAIXADOR EM NUKU'ALOFA (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu de Souza Campos (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL —> TONGA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	868	880	1.186	1.175	1.022	627,8	1.497	2.820	5.316	5.045,7	868,8
Exportações	868	880	1.183	1.175	1.000	576,3	1.493	2.818	5.316	5.044,7	868,5
Importações	0	0	2,9	0	22	51,5	4	2	0	0,37	0,25
Saldo	868	880	1.180	1.175	978	524,8	1.489	2.816	5.316	5.044	868.3

*Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI

24.º Soberano de Tonga



Tupou VI, terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV, nasceu em 12 de julho de 1959. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988 graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA e, entre 1990 e 1995, foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998, deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de ministro das Relações Exteriores e de ministro da Defesa.

No ano de 2000 tornou-se primeiro-ministro, mas em 2006 deixou o cargo, em contexto de violentos protestos pró-democracia em fevereiro daquele ano. Em 2008 foi designado alto comissário de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012. Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então rei Tupou V. O segundo filho de Tupou IV foi retirado da linha sucessória por questões matrimoniais.

'Aisake Valu Eke

Primeiro-Ministro de Tonga



Graduou-se pela Universidade do Pacífico Sul, em Fiji, em contabilidade e economia. Em 2013, concluiu doutorado em administração de empresas pela Universidade do Sul de Queensland, na Austrália, com tese sobre melhoria de qualidade de serviços públicos em Tonga. Foi funcionário do Ministério das Finanças e Planejamento Nacional de 1996 a 2010. Em 2010, foi eleito representante nacional na Assembleia Legislativa de

Tonga. Entre 2014 e 2017, foi ministro das Finanças e Planejamento Nacional. Em 2021, foi novamente eleito como representante popular. Em dezembro de 2024, foi eleito primeiro-ministro.

Sua Alteza Real Tupouto'a 'Ulukalala, Príncipe Herdeiro
Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Forças Armadas de Tonga



Tupouto'a 'Ulukalala (Nuku'alofa, 17 de setembro de 1985) é o filho mais velho e herdeiro aparente do rei Tupou VI. Ele se tornou o príncipe herdeiro de Tonga em março de 2012, quando seu pai ascendeu ao trono. Ele é casado com sua prima de segundo grau Sinaitakala Fakafanua, com quem tem dois filhos, Taufā'ahau Manumataongo e Halaevalu Mata'aho. Foi indicado como ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro das Forças Armadas em janeiro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tonga estabeleceram relações diplomáticas em 2011. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia acumula a função de representação junto a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu.

Os Estados insulares do Pacífico estão entre os países mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, como a elevação do nível do mar, eventos extremos e a degradação dos ecossistemas marinhos. Embora a limitada conectividade com o país represente desafio ao adensamento das relações bilaterais, identificam-se temas de potencial interesse comum, como a proteção do meio ambiente e o combate à mudança do clima.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação, tendo ambos se empenhado na declaração da América Latina e do Pacífico Sul como zonas livres de armas nucleares.

Em junho de 2012, a delegação de Tonga na Rio+20 foi chefiada pelo Representante Permanente do país na ONU, Sonatane Taumoepeau Tupou. Em 2024, o então Secretário de Ásia e Pacífico visitou Tonga no contexto da Cúpula do Fórum das Ilhas do Pacífico.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Em agosto de 2023, a Agência Brasileira de Cooperação encaminhou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica. Em 2024, Tonga recebeu doação humanitária brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. A doação foi especialmente oportuna dado o contexto de graves secas que afetaram o arquipélago após erupção vulcânica em 2022.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Com cerca de 104 mil habitantes, Tonga representa mercado consumidor de pequenas dimensões. A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 4,38 milhões, composta quase integralmente por exportações brasileiras. Em 2024, a pauta consistiu essencialmente de carne de frango congelada (88%) e embutidos (9%).

Em 2025, as referidas exportações foram ameaçadas pela decisão do governo tonganês de fechar o mercado em razão do episódio de influenza aviária em cidade do sul do Brasil, sem notificação às autoridades brasileiras. Tal medida provocou a retenção de cargas por prolongado período. O cenário foi revertido, após esforço diplomático. De janeiro a outubro, o Brasil exportou US\$ 868.500,00 e importou US\$ 248,00.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira em Tonga.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tonga.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais. Brasil apresentou minutas de Acordo de Cooperação Técnica em 2011. A proposta foi reapresentada em 2022.

POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da *Commonwealth*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU, sendo que o PNUD possui um escritório em Nuku'alofa. Mantém relações estreitas com a Austrália e a Nova Zelândia.

Os últimos anos têm visto o avanço da presença chinesa no país. Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos.

Em agosto de 2024, Tonga sediou a 53ª Reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico.

ECONOMIA

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior para financiar o imenso déficit de sua conta corrente. As atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo para a Nova Zelândia e, em menor escala, para a Austrália e o Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida.

A maior parte das necessidades energéticas do país são supridas por petróleo importado. Em 2008, o aumento do preço do petróleo impôs sérias dificuldades a Tonga.

Em novembro de 2011, foi inaugurado o primeiro empreendimento de energia renovável do país, a Papua Solar Farm, que começou a gerar eletricidade em agosto de 2012.

Há importantes projetos em curso na ilha relacionados a áreas de energia e informática, com apoio de vários países, em particular o Japão. Há planos para dotar Tonga de energia sustentável na proporção de 70% no ano de 2030 e de 100% em 2034, com intenso uso de energia solar.

POLÍTICA INTERNA

O Reino de Tonga é arquipélago situado no Pacífico Sul, a sudeste das Ilhas Fiji. Possui em torno de 104 mil habitantes e é uma monarquia parlamentarista.

Tonga é a única nação da Oceania que nunca perdeu completamente a sua independência. As ilhas que a compõem se uniram no Reino da Polinésia em 1845 e se tornaram uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da *Commonwealth*, mas não tem o monarca britânico como chefe de Estado, uma vez que conta com seu próprio monarca.

Em fevereiro de 2024, eclodiu crise política no reino, quando o rei Taupou VI, por meio de seu Conselho Privado, emitira carta informando que perdera a confiança no primeiro-ministro Hu'akavameiliku Siaosi Sovaleni, e na ministra dos Negócios Estrangeiros, Fekitamoeloa 'Utoikamanu.

Em 9 de dezembro de 2024, o premiê Sovaleni renunciou ao cargo pouco antes de que fosse votada moção de censura e há menos de um ano da realização de novas eleições no país. Em 23 de janeiro de 2025, 'Aisake Valu Eke tornou-se o novo primeiro-ministro de Tonga.

Em agosto de 2025, a Assembleia Legislativa do Reino de Tonga aprovou lei que altera a estrutura e responsabilidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros do país. Conforme estabelecido pela nova legislação, a competência para executar política externa é retirada do gabinete do premiê e passa a ser submetida a diretrizes diretas da Casa Real do país. A nova Chancelaria, que passou a ser denominada “His Majesty’s Diplomatic Service”, também incorporou temas relacionados à imigração, incluindo a emissão de passaportes. Cabe ao rei Tupou VI estabelecer as diretrizes diplomáticas do reino, designar embaixadores e nomear os funcionários que trabalharão no serviço diplomático.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1616	Exploradores holandeses são os primeiros europeus a visitar Tonga.
1900	Tonga se torna um estado britânico protegido, mas não é formalmente colonizado.
1958	Tonga adquire maior autonomia da Grã-Bretanha.
1970	Tonga deixa de ser um protetorado britânico e torna-se totalmente independente dentro da <i>British Commonwealth</i> .
1988	Tonga assina acordo permitindo que navios de guerra nuclear dos EUA passem por suas águas.
1999	Movimento pró-democracia organiza convenção para discutir novas constituições mais democráticas.
2005	Ministros eleitos entram no gabinete pela primeira vez. Previamente eram escolhidos pela família real.

2007	Tonga se torna o 151º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), 12 anos depois de solicitar sua adesão.
2012	Tupou VI ascende ao trono tonganês
2017	O rei Tupou VI dissolve o parlamento e demite o primeiro-ministro, acusando o governo de ter tentado remover alguns de seus poderes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil à Tonga
2011	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Vinda de delegação de Tonga ao Brasil para a Rio+20
2015	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2017	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2022	Doação brasileira de purificadores de água
2022	Visita oficial do embaixador brasileiro a Tonga para entrega de cartas credenciais ao rei Tupou VI
2024	Participação do Secretário de Ásia e Pacífico na 53ª Reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico, presidida pelo primeiro-ministro do Reino de Tonga, Hu`akavemeiliku Siaosi Sovaleni.